

# Entrevista: Yvonne Maggie

## Uma antropóloga no campo: dos terreiros de umbanda às salas de aula de escolas públicas no Rio de Janeiro

Ana Pires do Prado e Ludmila Fernandes de Freitas<sup>1</sup>

**Ana:** Yvonne, esta entrevista é para a *Revista Enfoques*, edição “Etnografia e educação”, e nós gostaríamos que você falasse sobre sua trajetória no que se refere aos encontros entre a antropologia e a educação. Em primeiro lugar, gostaríamos de saber de onde veio o seu interesse pelas ciências sociais e como você se envolveu com a antropologia.

**Yvonne:** Recentemente li um trecho de uma entrevista de Antonio Cândido de Mello e Souza na qual ele dizia que, quando se alcança certa idade, os depoimentos em primeira pessoa acabam sendo depoimentos de uma

geração. Acho que já estou nesse momento da vida. A minha geração talvez seja menos unívoca do que a de Antonio Cândido, mais conturbada, mais cheia de divergências. A própria antropologia hoje está dividida, partida, mas acho que posso falar em nome de alguns personagens da minha geração e de algumas experiências geracionais.

Você me perguntou como começou o meu interesse pelas ciências sociais. Eu ainda era estudante de escola quando comecei a me interessar por assuntos da vida social, justamente porque o Brasil estava vivendo, nos anos de 1962, 1963, uma experiência histórica de participação política, em que os

---

<sup>1</sup> Entrevista realizada na sala 412 do IFCS/UFRJ, no dia 30 de outubro de 2013.

jovens eram conclamados a lutar contra os opressores.

Eu tinha um namorado comunista, mas não fui de nenhum partido; eu não acompanhei o namorado nas suas incursões no Partido Comunista. Sempre fiquei meio de lado, jamais gostei de uma coisa assim fechada. Já me bastava a Igreja Católica na qual iniciei a minha vida, com a minha família.

Naquele momento muito agitado da vida brasileira, as ciências sociais se apresentaram como um caminho, sem muita dúvida. Eu sabia o que queria ser e sabia que desejava participar da vida brasileira. Desde os meus 17 ou 18 anos queria ser alguém que tivesse alguma relação com a ciência, e é claro que a escolha por ciências sociais foi um susto para os amigos do meu pai, que esperavam que a filha de Joaquim da Costa Ribeiro seguisse o caminho das ciências exatas. Fui convidada a estudar biologia ou química em São Carlos, onde meu irmão mais velho trabalhava. Mas quis a trilha das ciências sociais. Antes de entrar na faculdade veio o golpe de 1964. O golpe foi uma espécie de corte nas esperanças, porque a minha geração acreditava que iria participar da condução da política social brasileira e, com o golpe, ficou impedida. Quando entrei na faculdade e comecei a ler os autores inspirados nos modelos teóricos abrangentes de explicação sobre a sociedade brasileira, percebi que aquela tradição das ciências

sociais que explicava o mundo e explicava o Brasil era muito confortável, quase tão confortável quanto a visão da Igreja Católica, pois no catolicismo tudo tinha o seu lugar. No entanto, os modelos sociológicos para explicar a sociedade brasileira não estavam mais dando conta do que estava se passando no Brasil. Foi aí que a antropologia apareceu para mim como espécie de porta dos fundos, no sentido de não fazer parte do *mainstream* das ciências sociais brasileiras.

A antropologia me abriu o mundo, porque abriu essa porta do relativismo cultural, da noção de cultura, da ideia de que as pessoas se diferenciam pelo seu pensamento, pelo seu *ethos*, pelas suas crenças. Nessa época, a sociologia e a ciência política, especialmente a sociologia, eram demonizados pela ditadura.

Minha geração se viu diante de alguns caminhos. O primeiro foi a luta armada. Mas eu sabia que não queria trilhá-lo, pois tinha responsabilidades familiares com meus irmãos. Além de tudo, era pacifista. Muitos dos meus colegas e das minhas colegas decidiram seguir essa trilha. Uns conseguiram voltar, mas a maioria não está mais aqui. Eu me ressinto muito disso.

Lembro muito bem do dia da minha formatura no IFCS. A nossa professora,

que era diretora do Instituto<sup>2</sup> na época, dona Marina São Paulo de Vasconcelos – que havia me convidado para ser professora do Departamento de Ciências Sociais, assim como meu ex-marido Gilberto Velho e várias outras pessoas da minha turma – fez um discurso no qual ela citou Mao Tse Tung e nos falou sobre os desafios que teríamos de agora para frente.

Logo depois da minha formatura aconteceu o golpe de 1968, um golpe dentro do golpe, e dona Marina foi cassada e tive o desprivilégio e a tristeza de, junto com meu ex-marido, sermos os portadores da notícia terrível de que ela havia sido cassada pelo Ato Institucional n. 5. Foi uma das experiências mais dolorosas da minha vida porque ela recebeu a notícia quase como uma notícia de morte, o que de fato aconteceu alguns anos depois. Foi presa várias vezes. Vivíamos aquele momento e nossa esperança de participar da vida pública parecia nos ter sido extirpada.

Foi nessa época que surgiu a oportunidade de fazer uma pós-graduação em antropologia. Era o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional.

Naquele tempo havia só o mestrado, e nós então iniciamos o mestrado naquele conturbado ano de 1969. Eu já

era professora, já tinha substituído dona Marina, que era a catedrática interina, substituindo Artur Ramos na cátedra de antropologia.

**Ana:** Você foi orientada por Peter Fry no doutorado, e no mestrado foi orientada pelo Roberto DaMatta. Como foi a influência destes orientadores no processo de produção das suas teses? E como você vê o trabalho do orientador a partir da sua experiência de orientadora no IFCS?

**Yvonne:** Eu tive o privilégio de ter tido Roberto DaMatta como orientador quando ele estava chegando de Harvard, iniciando sua teoria sobre o Brasil. Ele não estava com a teoria pronta, ainda não tinha escrito *Carnavais, malandros e heróis*. Fiz um curso extremamente estimulante com Roberto. Foi um curso sobre teoria antropológica e não era organizado como hoje. Era um curso com uns fragmentos e acho que isso foi muito importante, porque tive um orientador que estava num processo de criação muito intenso e todas as ideias, toda a literatura que ele trouxe de Harvard – como Victor Turner, Mary Douglas e Max Gluckmann, a antropologia social inglesa – foi muito importante para o aprimoramento do meu trabalho.

---

<sup>2</sup> Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ).

Com Peter Fry minha experiência foi outra. O Peter foi meu amigo desde que chegou ao Brasil e considero hoje que somos irmãos. Desde que ele chegou aqui fiquei muito próxima dele em termos afetivos, emocionais. Ele veio sozinho, era uma pessoa tão jovem quanto eu. Digamos que nós dois tínhamos o mesmo amor pela vida, a mesma vontade de conhecer. O que Peter me deu nesse período da orientação foram perguntas muito bem formuladas e que eram difíceis de serem feitas. Peter Fry era um africanista e sua pesquisa na Rodésia do Sul, hoje Zimbábue, foi fundamental para que nós entendêssemos o que se passava no Brasil. Sem esse viés comparativo trazido por meu orientador meu trabalho não teria sido possível. O Peter me fez acreditar nas perguntas e ir atrás das respostas. Ele não me deixou parar no meio e me levou a bom porto. Peter é um excelente professor, dei alguns cursos com ele e aprendi muito nesses cursos sobre como dar aulas. Ele tem formação inglesa, e senso de humor, traços que caracterizaram sua orientação no processo de feitura da minha tese, não me deixando fraquejar. Ele me dava dicas e, obviamente, quando você vai fazer um trabalho dessa envergadura, você não tem toda a literatura na sua cabeça, você escolhe, e ele me ajudou muito nessas escolhas.

**Ana:** Yvonne, existe algum episódio nos seus trabalhos de campo de que você se recorde como particularmente interessante e que você gostaria de registrar? O que marcou as suas produções?

**Yvonne:** Sinceramente, a coisa que mais me marcou até hoje foi a minha iniciação naquele terreiro do livro *Guerra de Orixá*. Eu nunca mais consegui uma experiência daquele nível. Tanto assim que na tese de doutorado, apesar de ter feito um longo trabalho de campo com um terreiro na Baixada Fluminense, não tive a experiência de um fato social total. A minha aproximação com o trabalho de campo em escolas se deu por outros caminhos e até hoje tenho muita dificuldade. A escola é o oposto, porque a gente conhece, pelo menos acha que conhece. É familiar.

Comecei a me interessar por educação influenciada por meu irmão Sergio Costa Ribeiro, que sempre me disse: "Yvonne, em educação não existem muitas etnografias, não existem muitos trabalhos de campo bons, feitos por antropólogos. Há muito trabalho quantitativo. Você deveria se aventurar na etnografia da escola".

**Ana:** E quais foram as descobertas feitas pela equipe de pesquisa ao longo desses anos?

**Yvonne:** Nesses dez anos de pesquisa acho que conseguimos produzir algumas boas teses de doutorado, muitas de mestrado e muitos estudos de caso, com boas e completas experiências etnográficas relatando casos e mais casos. A dissertação de mestrado de Gisele Lage, de 2010, *Uma luz no fim do túnel: um estudo de caso em uma escola diferente*, por exemplo, descreve uma boa escola pública que não é federal. Uma escola estadual, que utiliza um tipo de seleção para recrutar seus alunos. Em oposição a esta dissertação, o trabalho de Mariza Santana Encarnação, defendida em 2007, *Nem sucesso, nem fracasso: uma abordagem etnográfica de uma escola* – primeira dissertação sobre o tema – é sobre uma escola que também se considera uma boa escola, mas tem maus resultados nas avaliações externas.

As duas dissertações e o trabalho de campo em diversas escolas estaduais me fizeram pensar sobre duas formas ou dois tipos ideais de organização da gestão escolar. Uma organização tipo burocrática, que acredita nas regras e tenta implementar as novas políticas em relação à educação e busca convencer os professores da eficácia dessas políticas. Burocrático, no sentido weberiano do termo. As

pessoas acreditam na capacidade racional da vida, da organização e do poder. Gestores que aceitam novas políticas públicas em relação à educação, sobretudo as políticas de combate à repetência, a melhor formação, e que lutam pela melhoria da proficiência dos alunos. Este tipo ideal está em oposição a um segundo tipo que chamei de organização carismática, que acredita na qualidade individual do diretor e dos professores de fazer as coisas e acreditam na tradição: “Foi sempre assim”, “sempre fizemos assim” e “é assim que vai dar certo”.

O que se apresenta hoje para mim como uma conclusão desses estudos de caso é que as escolas estão passando por um grande momento de conflito entre estas duas visões sobre a educação e a organização escolar. O conflito não se dá apenas no interior das escolas, mas também na mente dos formuladores de políticas públicas.

Tudo se passa como se na cultura brasileira o princípio tradicional, a organização carismática ainda sejam muito mais fortes do que o princípio de organização mais racional, menos emocional, mais burocrática.

Esta foi, talvez, a nossa contribuição mais importante. Ter realizado esses muitos estudos de caso que demonstram a estrutura do sistema de ensino médio no Rio de Janeiro.

A outra contribuição foi no sentido de pensar como a política de combate ao racismo na escola por meio da Lei 10.635 de 2009 está se processando. Duas dissertações abordaram o tema e forneceram dados muito interessantes sobre a criação da lei e sua aplicação, a de Giselle Lage, citada acima, e a de Ludmila Fernandes de Freitas, *Cumprase a lei: O Ministério Público e os paradoxos da Lei de Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana – Lei nº 10.639/03*.

Os trabalhos do grupo que têm rendido um debate frutífero são os estudos de caso dos conselhos de classe e de salas de aula, como a dissertação de Maíra Mascarenhas, defendida em 2013, *Quem é ele, onde ele senta? Um estudo sobre classificação e moral em uma escola pública do Rio de Janeiro*, e o artigo de Ana Pires do Prado e Malu Sá Earp, "Os Conselhos de Classe: mecanismos de produção das desigualdades na escola?" (33ª Reunião Anual da Anped, 2010, Caxambu).

Finalmente, conseguimos finalizar o site com os trabalhos do Sergio Costa Ribeiro

([www.sergiocostaribeiro.ifcs.ufrj.br](http://www.sergiocostaribeiro.ifcs.ufrj.br)).

Considero o investimento da equipe do NaEscola um subsídio importante para os estudos sobre educação no Brasil.

**Ana:** E os planos para o futuro?

**Yvonne:** A minha aposentadoria compulsória será no ano que vem e esse semestre será o último em que darei cursos aqui no IFCS depois de 43 anos de docência. Porém, penso continuar a nossa pesquisa com o apoio do CNPq, e o nosso núcleo de pesquisa talvez seja agora coordenado por Ana Pires do Prado, na Faculdade de Educação da UFRJ.

A experiência de estudos de caso intensivo em escolas me levou a confirmar o que é amplamente conhecido na literatura sobre educação: a importância da participação das mulheres na formação de seus filhos. Há mães que conseguem dar o caminho das pedras e outras que não conseguem. Quero pesquisar esta questão estudando não só os alunos de hoje e suas mães, mas também as mães dos meus alunos que conheço e por quem tenho amizade. Acho que vai ser uma espécie de retribuição por elas terem confiado em mim no processo de encaminhar suas filhas para a vida universitária, acadêmica. A pergunta a ser respondida é: Qual o papel dessas mães no processo de produção do sucesso de seus filhos?